



# **A** CTAS DA VI REUNIÃO INTERNACIONAL DE CAMONISTAS

Seabra Pereira  
Manuel Ferro  
Coordenação

DO SUPRA-CAMÕES A CAMÕES:  
ECOS CAMONIANOS NA *MENSAGEM* DE FERNANDO PESSOA

O estudo das relações entre os dois mais célebres poetas portugueses está longe de ser um terreno virgem, e já não é fácil, portanto, acrescentar algo de substancial ao que se conhece sobre o tema. Ainda assim, e porque tenho dedicado nos últimos anos muito do meu tempo à *Mensagem* – o livro pessoano em que mais claramente o criador dos heterónimos pretende assumir o estatuto do supra-Camões anunciado em 1912 –, procurarei aqui não ser mera caixa de ressonância do trabalho alheio, sobretudo porque não pretendo, como geralmente tem sido feito, comparar a *Mensagem* e *Os Lusíadas* mas, como deixa entender o título da minha comunicação, rastrear a influência camoniana no livro de Pessoa.

Foi n' *A Águia*, em 1912, como se disse e é sobejamente conhecido, que Pessoa se deu a conhecer aos leitores portugueses, através de artigos dedicados à poesia portuguesa coeva, os quais tinham precisamente como ponto mais polémico a previsão da emergência de um supra-Camões. O facto em si não envolve qualquer desconsideração para com o grande épico, pois é próprio de cada época procurar suplantar os valores do passado. Pelo contrário, o profetismo supra-camoniano traduz o reconhecimento público do autor de *Os Lusíadas* como representante maior da grandeza das letras nacionais. É um processo que Eduardo Lourenço soube sintetizar com felicidade, numa outra reunião de camonistas: «*O presente de Pessoa que nele oscilou, enquanto impulso imaginante entre passado mítico e futuro mitificado, exigia o assassinato ritual de Camões como suprema forma de afirmação na cena portuguesa onde a figura do autor de Os Lusíadas não avulta só como a de um grande poeta, ao lado de outros, mas como voz e alma de uma essência pátria inscritas, por assim dizer, no registo divino*»<sup>1</sup>. De resto, o prenúncio da chegada do poeta que suplantara Camões pode hoje ser lido em consonância com os outros grandes desafios da vida de Pessoa, nomeadamente com a tentativa de ele próprio suplantar nada menos do que um Amiel, um Goethe, um Shakespeare.

Não é sequer claro, ao contrário do que algumas vezes se escreveu, que Pessoa tenha revelado verbalmente qualquer menosprezo relativamente a Luís de Camões. O texto em que sustenta que o épico foi desalojado do primeiro posto entre os poetas

---

<sup>1</sup> Eduardo Lourenço, “Pessoa e Camões”, in *Poesia e metafísica. Camões, Antero, Pessoa*, Lisboa. Sá da Costa, 1983, pp. 245-246.

portugueses depois da publicação da *Pátria*, de Junqueiro, tem de ser lido no contexto adequado: Pessoa esgrime o nome de Camões como arma de combate: quer convencer um editor inglês a publicar uma antologia de poesia sensacionista portuguesa e portanto valoriza um poeta representativo da geração poética de que a sua é herdeira (a do “transcendentalismo panteísta”) para tornar mais apetecível o seu projecto<sup>2</sup>. É obviamente uma vez mais o reconhecimento de Camões como figura emblemática da poesia portuguesa.

Num outro texto, ainda com o mesmo objectivo, Pessoa simula ser um inglês recentemente transplantado para Portugal, que levava algum tempo a descobrir a segunda das duas únicas coisas interessantes do nosso país. Cito a partir da tradução portuguesa de Tomás Kim: «*Ao fim de dia e meio em Portugal dei pela paisagem; levei ano e meio a dar pelo ‘Orpheu’*»<sup>3</sup>. A desvalorização relativa da “literatura clássica” portuguesa é também aqui uma estratégia que visa, por contraste, enaltecer os sensacionistas da revista *Orpheu*: «*Pondo de parte algumas coisas de Camões que são nobres; várias outras de Antero que são grandes; um ou dois poemas de Junqueiro que valem a pena ser lidos, quanto mais não seja para vermos até que ponto ele se pôde educar para além de se ter educado em Hugo; um poema de Teixeira de Pascoaes que passou o resto da vida literária a pedir desculpa em má poesia por ter escrito um dos maiores poemas de amor do mundo – se exceptuarmos isto e outras insignificâncias que são excepções precisamente por serem insignificâncias, o conjunto da literatura portuguesa dificilmente é literatura e quase nunca é portuguesa*»<sup>4</sup>. As outras insignificâncias são Garrett («*que sabia o francês bastante para ler más traduções francesas de poemas ingleses inferiores e acertar quando eles erram*»<sup>5</sup>) e Vieira («*um mestre em qualquer parte, embora fosse um pregador*»<sup>6</sup>).

A verdade é que podemos encontrar nos textos de Pessoa sobre Camões opiniões contraditórias (como acontece em diversas outras matérias), que derivam, segundo cremos, menos da proverbial constante autocontradição do autor da *Mensagem* do que dos diferentes contextos textuais e até diacrónicos em que são produzidos. É assim que o *italianizado* Camões é acusado de falta de *nacionalismo*, enquanto se enaltece noutros fragmentos o *patriotismo* de *Os Lusíadas*. E não falta sequer – nesses esboços pessoanos – a compreensão profunda e sentida de um poema tão significativo como o soneto “Alma minha gentil”: «*Traduzido, nenhum estrangeiro compreende onde esteja a beleza daquela linguagem sem imagens, metáforas nem frases, directa e simples, quando é justamente aí que a beleza toda está, una com o movimento lírico contínuo e íntimo do ritmo inquebrado e dolorido*»<sup>7</sup>.

Não pode deixar de causar alguma perplexidade a ausência de Camões na biblioteca de Fernando Pessoa, que hoje se conserva na Casa Pessoa, exactamente sediada no último espaço onde o poeta residiu. Para além de Camões, faltam Eça,

---

<sup>2</sup> Cf. Fernando Pessoa, *Páginas íntimas e de auto-interpretação*, Lisboa, Ática, s/d., pp. 126-133.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 154.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 152. A tradução continua a ser de Tomás Kim.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> Fernando Pessoa, *Páginas de estética e de teoria e crítica literárias*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Ática, 1973, p. 322.

Camilo ou Oliveira Martins, por exemplo, mas abundam edições de autores que confessadamente apreciou, como Shakespeare, Edgar Allan Poe ou Guerra Junqueiro, sendo surpreendente a existência de três diferentes edições (em italiano, em francês e em inglês) da *Divina Comédia* de Dante. Claro que Pessoa pode ter tido edições de obras camonianas que se tenham extraviado (também faltam Cesário e Antero, poetas que marcaram decisivamente a obra pessoana), mas parece-nos credível que Camões (o lírico, pelo menos) não fosse para Pessoa um autor de cabeceira. Seja como for, Pessoa leu suficientemente *Os Lusíadas* para sentirmos claramente a sua presença, tanto na estrutura global da *Mensagem* como em detalhes específicos que a seguir procuraremos referir.

Pessoa queria escrever com a *Mensagem* uma obra que fosse simultaneamente lírica, épica e dramática, desafio paralelo à sua famosa hierarquia poética, na qual colocara Shakespeare no lugar cimeiro, de que só seria desalojado pelo poeta que o ultrapassasse na «escala da despersonalização»<sup>8</sup>. Nesta menos conhecida hierarquização poética (em que se relacionam graus poéticos e iniciáticos), Fernando Pessoa colocava no topo da escala – e acima da poesia lírica – a poesia épica, a poesia dramática (por esta ordem) e, finalmente – como grau supremo da hierarquia poética – «a fusão de toda a poesia, lírica, épica e dramática, em algo para além de todas elas»<sup>9</sup>.

Como se sabe, a decisão pessoana de escrever uma obra épica é antiga. E o modelo que o poeta do *Orpheu* tinha mais à mão, como exemplo de grande poema de exaltação nacional, era exactamente o proporcionado pel’*Os Lusíadas*. O livro de Camões – assumido colectivamente como poema nacional desde o século XVII – era mesmo o maior responsável pela mitificação de certas figuras nacionais, que Pessoa reconstruirá, umas vezes afastando-se ostensivamente do paradigma camoniano, outras colhendo directamente no épico a letra da sua *Mensagem*. Tem também razão António Machado Pires, quando assinala que a antinomia grandeza / decadência é visível nos dois poemas<sup>10</sup>. A concepção pessoana da decadência portuguesa não é, por conseguinte, exclusivamente subsidiária do pessimismo da “geração de 70”, por maior que seja a dívida da *Mensagem* para com Antero ou Guerra Junqueiro, ou mesmo, como tem defendido Eduardo Lourenço, para com Oliveira Martins.

O filósofo brasileiro Gilberto de M. Kujawski considerava, em *Fernando Pessoa, o outro*, que a *Mensagem* podia ser definida como uma *epopeia estática*, «com os personagens cobrindo todo o primeiro plano e a ação inteiramente virtualizada»<sup>11</sup>. Apesar das personagens assumirem, de facto, o estatuto de *dramatis personae* (que falam, escutam ou de quem se fala), à maneira do que fizera Browning nos *Monólogos dramáticos*, não me parece possível recusar em absoluto a existência de uma sucessividade cronológica, ou mesmo narrativa, que aliás se confirma na natureza iniciática que o poema também tem. O procedimento de Pessoa, quando selecciona personagens que se erigem em bandeiras da pátria, e que servirão para recontar cronologicamente a história de Portugal, tem um

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>9</sup> Fernando Pessoa, *A procura da verdade oculta*, Mem Martins, Europa-América, 1986, p. 181.

<sup>10</sup> Cf. António M. B. Machado Pires, “*Os Lusíadas* de Camões e a *Mensagem* de Pessoa”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, V. XXXIII, 1985, pp. 419-429.

<sup>11</sup> Gilberto de M. Kujawski, *Fernando Pessoa, o outro*, 3.ª ed., Petrópolis, Vozes, 1979, p. 32.

precedente visível: Camões, que no Canto VIII d’*Os Lusíadas* coloca Paulo da Gama a explicar ao Catual, que vem visitar a frota portuguesa, quem são as figuras e o que representam as cenas bélicas pintadas nas bandeiras que tanto intrigam o governador gentio. Como sucederá na *Mensagem*, Camões começa com os antepassados míticos da nacionalidade (neste caso Luso e Ulisses) e acaba no momento em que parece já não haver sucessores à altura daqueles “pais ilustres”<sup>12</sup>:

“Outros muitos verias, que os pintores  
Aqui também por certo pintariam;  
Mas falta-lhes pincel, faltam-lhe cores:  
Honra, prémio, favor, que as artes criam.  
Culpa dos viciosos sucessores,  
Que degeneram, certo, e se desviam  
Do lustre e do valor dos seus antepassados,  
Em gosto e vaidades atolados.”<sup>13</sup>

Américo da Costa Ramalho publicou em 1976 um texto intitulado “Sobre o ‘Mostrengo’ de Fernando Pessoa”<sup>14</sup>, que, ao mesmo tempo que constitui uma peça fundamental para a compreensão do poema pessoano e das suas fontes, permite também compreender o modo como Pessoa frequentemente integra na sua poesia os materiais alheios, despistando inclusivamente os leitores mais argutos. Antes de Costa Ramalho, já a crítica tecera abundantes comentários acerca do paralelismo entre o Adamastor camoniano e o Mostrengo pessoano, símbolos, respectivamente n’*Os Lusíadas* e na *Mensagem*, dos obstáculos enfrentados e superados pela expansão portuguesa. Se era óbvio que Pessoa, com “O Mostrengo”, recriara (agora sob a forma de um monstro alado — o poema tivera mesmo o título inicial de “O Morcego”) o ciclope camoniano, parecia que desaparecera definitivamente na transferência aquela poderosa imagem de uma «figura / [...] robusta e válida, / De disforme e grandíssima estatura»<sup>15</sup>, e de membros tão grandes que parecia «o segundo / De Rodes estranhíssimo colosso»<sup>16</sup>. Na verdade, porém, as dimensões colossais do Adamastor foram no poema pessoano transportadas para o retrato do rei que vencera o cabo que o monstro personifica — “D. João o Segundo”:

“Braços cruzados, fita além do mar.  
Parece em promontório uma alta serra —  
O limite da terra a dominar  
O mar que possa haver além da terra.  
Seu formidável vulto solitário

---

<sup>12</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas* (leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro), 3.ª ed., Lisboa, Instituto Camões, 1992, p. 207.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 206.

<sup>14</sup> Vide Américo da Costa Ramalho, *Camões no seu tempo e no nosso*, Coimbra, Almedina, 1992, pp. 187-197.

<sup>15</sup> *Os Lusíadas*, p. 132.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 133.

Enche de estar presente o mar e o céu,  
E parece temer o mundo vário  
Que ele abra os braços e lhe rasgue o véu.”<sup>17</sup>

Poder-se-ia, talvez, acrescentar que parece haver também na composição do D. João II pessoas reminiscências – inclusivamente lexicais – daquele Nuno Álvares camoniano que, enfurecido com as hesitações dos seus companheiros de armas, se lhes dirige: «*Com palavras mais duras que elegantes, / A mão na espada, irado e não facundo, / Ameaçando a terra, o mar e o mundo*».<sup>18</sup>

Deixando de lado alguns possíveis mas indemonstráveis paralelismos entre os dois poemas, passarei agora a referir outros textos concretos da *Mensagem* em que me parece poder vislumbrar-se inspiração camoniana. O poema inicial da *Mensagem*, “O [Campo] dos Castelos”, tem sido associado a um soneto de Unamuno, intitulado “Portugal” e publicado n’ *A Águia* em Fevereiro de 1911, com o qual ostenta coincidências notórias. Como se sabe, no poema unamuniano, uma mulher que «*Apoya en las rodillas / los codos y en las manos las mejillas / y clava ansiosos ojos de leona / en la puesta del sol*», enquanto as ondas do Atlântico lhe banham os pés, vai sonhando com «*el fatal imperio / que se hundió en los tenebrosos mares, / y mira cómo entre agoreras brumas / se alza Don Sebastián, rey del misterio*»<sup>19</sup>. Contudo, não é menos verdade que, no Canto III d’*Os Lusíadas*, Camões faz uma descrição da Europa que acaba na sua cabeça: «*Eis aqui se descobre a nobre Espanha, / Como cabeça ali de Europa toda*»<sup>20</sup>. Portugal (“o Reino Lusitano”), por sua vez, é, no texto camoniano, «*quási cume da cabeça / De Europa toda*»<sup>21</sup>, expressão muito próxima da pessoa («*O rosto com que fita é Portugal*»<sup>22</sup>), facto já referido por Jacinto do Prado Coelho e José Augusto Seabra<sup>23</sup>.

A predestinação de D. João I («*Mestre, sem o saber, do Templo / Que Portugal foi feito ser*»), «*o primeiro Rei que se desterra / Da pátria, por fazer que o Africano / Conheça, pelas armas, quanto excede / A lei de Cristo à lei de Mafamedes*»<sup>24</sup>, está claramente indiciada n’*Os Lusíadas*. Do mesmo modo se atribui, em ambos os poemas, à intervenção da providência divina a enigmática genialidade dos descendentes de D. Filipa de Lencastre: «*Que enigma havia em teu seio / Que só génios concebia? / Que arcanjo teus sonhos veio / Velar, maternos, um dia?*»<sup>25</sup>. Luís de Camões parece fornecer a resposta. O Céu reconhecia

---

<sup>17</sup> Fernando Pessoa, *Mensagem* (edição de António Apolinário Lourenço), Braga-Coimbra, Angelus Novus, 1994, p. 72.

<sup>18</sup> *Os Lusíadas*, p. 98.

<sup>19</sup> Miguel de Unamuno, *Obras completas*, T. VI, Madrid, Escelicer, 1969, pp. 262-263.

<sup>20</sup> *Os Lusíadas*, p. 63.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>22</sup> *Mensagem*, p. 50.

<sup>23</sup> Cf. Jacinto do Prado Coelho, *Camões e Pessoa, poetas da utopia*, Mem Martins, Europa-América, 1983, p. 105; e José Augusto Seabra, “Fernando Pessoa et la ‘Nouvelle Renaissance’ de l’Europe”, in *O coração do texto. Le cœur du texte: novos ensaios pessoanos*; Lisboa, Cosmos, 1996, p. 168.

<sup>24</sup> *Os Lusíadas*, p. 107.

<sup>25</sup> *Mensagem*, p. 61.

que Portugal não podia prescindir do herói glorioso que mantivera a independência e iniciara as Descobertas, sem deixar em seu lugar heróis da mesma estirpe:

“Não consentiu a morte tantos anos  
Que de Herói tão ditoso se lograsse  
Portugal, mas os coros soberanos  
Do Céu supremo quis que povoasse.  
Mas, pera defensão dos Lusitanos,  
Deixou Quem o levou, quem governasse  
E aumentasse a terra mais que dantes:  
Ínclita geração, altos Infantes.”<sup>26</sup>

Na *Mensagem*, como se sabe, as “Quinas” do “Brasão” português estão simbolizadas, para além de D. Sebastião, em quatro dos filhos de D. João I e D. Filipa de Lencastre. Um pessoano tão insuspeito como António Quadros não vê muita coerência na escolha destas personagens para personificarem os heróis-mártires de Portugal: «*Para encontrar cinco príncipes-mártires, todos eles de Avis, Fernando Pessoa teve que forçar a nota, pois verdadeiramente, só o Infante Santo e D. Sebastião poderiam ser considerados mártires ao serviço de uma causa nacional*»<sup>27</sup>.

Onde poderá então Fernando Pessoa ter colhido a ideia de que foi infeliz o reinado de D. Duarte? Como já adivinharam, em Camões. Recordemos o texto pessoano:

“Meu dever fez-me, como Deus ao mundo.  
A regra de ser Rei almou meu ser,  
Em dia e letra escrupuloso e fundo.  
Firme em minha tristeza, tal vivi.  
Cumpri contra o Destino o meu dever.  
Inutilmente? Não, porque o cumpri.”<sup>28</sup>

E agora o camoniano:

“Não foi do Rei Duarte tão ditoso  
O tempo que ficou na suma alteza,  
Que assim vai alternando o tempo iroso  
O bem co mal, o gosto co a tristeza.  
Quem viu sempre um estado deleitoso?  
Ou quem viu em Fortuna haver firmeza?  
Pois inda neste Reino e neste Rei  
Não usou ela tanto desta lei?

---

<sup>26</sup> *Os Lusíadas*, p. 107.

<sup>27</sup> António Quadros, *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos 100 anos*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1989, p. 165.

<sup>28</sup> *Mensagem*, p. 63.

Viu ser cativo o santo irmão Fernando  
(Que a tão altas empresas aspirava) [...]”<sup>29</sup>

Não estará também aqui a chave para compreender o porquê da transformação do poema “Gládio” («*E esta febre de Além que me consome, / E este querer grandeza são seu nome / Dentro em mim a vibrar*»<sup>30</sup>) em “D. Fernando, Infante de Portugal”?

Ainda no que concerne à dicotomia grandeza / decadência, é óbvia a coincidência entre a parte final d’*Os Lusíadas* e o último poema da *Mensagem*. A coincidência é não apenas ideológica, mas passa também pelo parentesco etimológico entre o substantivo *tristeza* e o verbo *entristecer*:

“O favor com que mais se acende o engenho Não no dá a pátria, não, que está metida No gosto da cobiça e na rudeza Dũa austera, apagada e vil tristeza.” <sup>31</sup>	“Nem rei nem lei, nem paz nem guerra, Define com perfil e ser Este fulgor baço da terra Que é Portugal a entristecer [...]” <sup>32</sup>
---	--

É certo que aos conselhos que Camões dirige ao jovem rei, responde Pessoa com a enigmática exortação: “É a Hora!”. Mas que não se pense que falta na *Mensagem* um oferecimento paralelo à disponibilidade manifestada por Luís de Camões para servir D. Sebastião: «*Pera servir-vos, braço às armas feito, / Pera cantar-vos, mente às Musas dada*»<sup>33</sup>. Também a Pessoa não faltava o engenho e o “*honesto estudo, / Com longa experiência misturado*»<sup>34</sup>. Deus sagrara-o «*seu em honra e em desgraça*»<sup>35</sup>, faltava cumprir-se o alto destino para que se sentia predestinado:

“Quando virás, ó Encoberto,  
Sonho das eras português,  
Tornar-me mais que o sopro incerto  
De um grande anseio que Deus fez?”<sup>36</sup>

---

<sup>29</sup> *Os Lusíadas*, pp.107-108.

<sup>30</sup> *Mensagem*, p. 64.

<sup>31</sup> *Os Lusíadas*, p. 283.

<sup>32</sup> *Mensagem*, p. 112. António Cirurgião que, em O “olhar esfíngico” da *Mensagem* de Fernando Pessoa, fez um comentário poema a poema de todos os textos da *Mensagem*, depois de assinalar o paralelismo entre os dois textos, remata: «*Ao fim e ao cabo, os pontos de encontro entre os dois maiores poetas de língua portuguesa parecem ser muitos mais que os que os críticos, em geral, terão querido ver até hoje, talvez levados, em parte, por uma ou outra referência menos lisonjeira que Pessoa fez a Camões, no decorrer dos anos, o que, visto psicanaliticamente, poderá significar que a grandeza e o renome do autor de Os Lusíadas terão causado algumas noites de insónia ao autor da Mensagem*» (Lisboa, ICALP, 1990, p. 264).

<sup>33</sup> *Os Lusíadas*, p. 285.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> *Mensagem*, p. 64. Como se sabe, o poema “D. Fernando, Infante de Portugal”, foi escrito em 1913, intitulava-se inicialmente “Gládio” e nada tinha que ver, na origem, com a figura do Infante Santo.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 104.